



Portaria Nº 00295201 de 04 de Junho de 2021

O(A) Diretor Geral do(a) SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SDE, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no(a) art. 116 da Lei nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, **resolve** averbar, nos registros funcionais do(s) servidor(es) do Quadro de Pessoal do(a) SDE, o tempo de serviço prestado à Administração Pública:

Matrícula	Nome	Cargo	Órgão	Poder/Esfera	Data Início	Data Fim
92041391	ADRIANA DE SOUZA VIEIRA	Coordenador III	SECTI	Executivo/Estado	23.05.2009	17.11.2010

Finalidade:

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

JULIANA CAVALCANTI DE ANDRADE HART MADUREIRA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Junta Comercial do Estado da Bahia – JUCEB

ATOS DA PRESIDÊNCIA:

RESUMO: Convênio nº 018/2021 firmado entre a Junta Comercial do Estado da Bahia -JUCEB e o Município de Itarantim/BA. Objeto: Instalação do Sistema Integrador Estadual -REGIN na prefeitura e instituições do Município de Itarantim/BA, para implantação da REDESIM. Prazo: 04 anos.

CONVALIDAÇÃO: Fica convalidado o ato arquivado da empresa: TRADECASH COBRANÇAS AMIGÁVEIS E INFORMAÇÕES CADASTRAIS LTDA, sob n.ºs 97990403 em 21/08/2020 - NIRE: 29204412824, após retificação nos termos do Art.72 do Decreto nº 1800/96.

CANCELAMENTO: Ficam desarquivados os processos de acordo com o art. 72 do Dec. 1.800/96, face não ter sido apresentada a retificação no prazo de 30 dias, da empresa CENTRAIS EOLICAS ALVORADA LTDA, sob n.ºs 98035653 em 24/01/2021 e 98047274 em 25/02/2021. NIRE: 29204368795.

CANCELAMENTO: Fica desarquivado o processo de acordo com o art. 72 do Dec. 1.800/96, face não ter sido apresentada a retificação no prazo de 30 dias, da empresa: CENTRAIS GUIRAPA LTDA, sob n.º 97938665 em 13/01/2020. NIRE: 29204368752.

CANCELAMENTO: Ficam desarquivados os processos de acordo com o art. 72 do Dec. 1.800/96, face não ter sido apresentada a retificação no prazo de 30 dias, da empresa CENTRAIS CANDIBA LTDA, sob n.ºs 97868733 em 17/06/2019, 97938661 em 13/01/2020, 97955281 em 04/03/2020, e 98005605 em 09/10/2020. NIRE: 29204368680.

CANCELAMENTO: Ficam desarquivados os processos de acordo com o art. 72 do Dec. 1.800/96, face não ter sido apresentada a retificação no prazo de 30 dias, da empresa: CENTRAIS EÓLICAS NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO LTDA, sob n.º 97937944 em 09/01/2020 e 98005603 em 09/10/2020 - NIRE: 29204369180.

CANCELAMENTO: Ficam desarquivados os processos de acordo com o art. 72 do Dec. 1.800/96, face não ter sido apresentada a retificação no prazo de 30 dias, da empresa: CENTRAIS EÓLICAS ILHEUS LTDA., sob n.º 97938667, em 13/01/2020 e 98004780, em 07/10/2020 - NIRE: 29204368728.

CANCELAMENTO: Ficam desarquivados os processos de acordo com o art. 72 do Dec. 1.800/96, face não ter sido apresentada a retificação no prazo de 30 dias, da empresa: CENTRAIS EOLICAS GUANAMBI LTDA, sob n.º 98040065 em 04/02/2021 e 98047279 em 25/02/2021 - NIRE: 29204369198. Em SSA, 05.06.2021. Ass. Andrea Almeida Mendonça - Presidente!!!

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES Nº 001/2021

O SECRETÁRIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DA BAHIA no uso de suas atribuições e com vistas ao atendimento de necessidade de serviço temporário e excepcional, torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para contratação de pessoal, por tempo determinado, em Regime Especial de Direito Administrativo - REDA, observado o disposto no inciso IX, do art. 37 da Constituição Federal, na forma prevista nos arts. 252 a 255 da Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, alterado pela Lei Estadual nº 14.182 de 12 de dezembro de 2019, regulamentada pelo Decreto estadual nº 11.571, de 03 de junho de 2009, pela Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, pelo Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014, alterado pelo Decreto estadual nº 16.290, de 24 de agosto de 2015, e pelo Decreto estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, pela Lei estadual nº 14.182, de 12 de Dezembro de 2019, de acordo com a Instrução Normativa nº 009, de 09 de maio de 2008 e a Instrução Normativa nº 014, de 28 de dezembro de 2012, consoante às normas contidas neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado será coordenado, supervisionado e realizado pela Comissão, conforme Portaria Nº 050 publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia em 15 de maio de 2021 obedecidas às normas deste Edital.

1.2 O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma única etapa, Avaliação Curricular, de caráter eliminatório e classificatório, para as funções temporárias de técnico em nível superior, conforme item 2.1 do capítulo 2 deste Edital.

1.3O Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 (um) ano, a contar da data da publicação da sua Homologação, podendo, antes de esgotado esse prazo, ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Administração, por ato expresso do Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia.

1.4 O Processo Seletivo Simplificado visa a contratação para as funções discriminadas no Quadro 1, pelo prazo determinado de 36 (trinta e seis) meses, com possibilidade de renovação por igual período, uma única vez.

1.5 Não poderão ser contratados candidatos que já tiveram 72 (setenta e dois) meses de Contrato REDA com o Poder Executivo do Estado da Bahia, salvo as exceções previstas no art. 82 do Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014 e na forma prevista nos arts. 252 a 255 da Lei estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994, alterado pela Lei estadual nº 14.182 de 12 de dezembro de 2019.

1.6 O Cronograma provisório do Processo Seletivo Simplificado encontra-se no Anexo I deste Edital.

EGBA

GESTÃO DOCUMENTAL

Digitalização, microfilmagem e guarda de documentos.

EGBA: 71 3117 2517 / 2535
www.egba.ba.gov.br

EGBA

DIÁRIO OFICIAL PÚBLICA BAHIA

EGBA: 71 3116 2850/2133 • www.egba.ba.gov.br

EGBA

GESTÃO DA INFORMAÇÃO GOVERNO DO ESTADO

LOGÍSTICA

De materiais, produtos e equipamentos, compreendendo coleta, recebimento, distribuição, movimentação, armazenamento, com gerenciamento e controle das informações.

CASA CIVIL
GOVERNO DO ESTADO

Sede Egba
71 3117 2517/2535
www.egba.ba.gov.br

2. DAS VAGAS

2.1 As vagas ofertadas neste Processo Seletivo Simplificado serão distribuídas por função temporária/área de atuação e localidade, conforme quantitativo indicado no quadro seguinte:

QUADRO 1- FUNÇÕES TEMPORÁRIAS

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	FUNÇÃO TEMPORÁRIA	ÁREA DE ATUAÇÃO	LOCALIDADE	VAGAS AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA*	VAGAS RESERVADAS PARA NEGROS**	TOTAL DE VAGAS***
01	Técnico Nível Superior	Geoprocessamento	Salvador	02	-	-	02
02	Técnico Nível Superior	Engenharia de Agrimensura	Salvador	04	-	02	06
03	Técnico Nível Superior	Ciências Jurídicas	Salvador	03	-	-	03
04	Técnico Nível Superior	Ciências Jurídicas Agrárias	Salvador	07	-	03	10
05	Técnico Nível Superior	Administração	Salvador	02	-	-	02
06	Técnico Nível Superior	Ciências da Computação	Salvador	01	-	-	01
07	Técnico Nível Superior	Ciências Agrárias	Alagoinhas	01	-	-	01
			Cruz das Almas	01	-	-	01
			Camaçari	01	-	-	01
			Jacobina	01	-	-	01
			Paulo Afonso	01	-	-	01
			Ribeira do Pombal	01	-	-	01
			Riachão do Jacuípe	01	-	-	01
			Senhor do Bonfim	01	-	-	01
			Serrinha	01	-	-	01
			Barreiras	01	-	-	01
			Bom Jesus da Lapa	01	-	-	01
			Brumado	01	-	-	01
			Itapetinga	01	-	-	01
			Juazeiro	01	-	-	01
			Santa Maria da Vitória	01	-	-	01
			Amargosa	01	-	-	01
			Vitória da Conquista	01	-	-	01
			Eunápolis	01	-	-	01
			Feira de Santana	01	-	-	01
			Irecê	01	-	-	01
			Itabuna	01	-	-	01
			Itaberaba	01	-	-	01
			Jequié	01	-	-	01
			Seabra	01	-	-	01
			Teixeira de Freitas	01	-	-	01
			Valença	01	-	-	01
			Macaúbas	01	-	-	01
08	Técnico Nível Superior	Recursos Humanos	Salvador	01	-	-	01
09	Técnico Nível Superior	Arquivologia	Salvador	01	-	-	01
10	Técnico Nível Superior	Prestação De Contas e Sistemas	Salvador	02	-	-	02
TOTAL				50	00	05	55

(*) Reserva de vagas específicas para pessoas com deficiência em atendimento a Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994, a Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014, e ao Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e alterações posteriores.

(**) Reserva de vagas para população negra em atendimento a Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, e ao Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014.

(***) Total de vagas incluindo as reservadas para candidatos com deficiência e as reservadas para candidatos negros.

3. ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS**3.1. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - GEOPROCESSAMENTO**

3.1.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Engenharia Cartográfica, Engenharia de Agrimensura, Geografia, Engenharia Agrônômica, Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal ou Arquitetura em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.1.2. ATRIBUIÇÕES: Realizar atividades relacionadas ao ordenamento da estrutura fundiária do Estado da Bahia; atuar na área de regularização de terras públicas e outros processos imbricados nas atribuições da Coordenação de Desenvolvimento Agrário dentre elas: a) participar de projetos englobando análise espacial, banco de dados geográficos, cartografia e geoprocessamento; b) executar tarefas voltadas à implementação de sistemas computacionais e aplicações para aquisição, tratamento gerenciamento e reprodução de informações geoespaciais; c) projetar, implantar e manter redes de comunicação de dados geoespaciais; d) utilizar técnicas de geoprocessamento nas áreas de geografia, cartografia, sensoriamento remoto, aerofotogrametria, que permitam a coleta e armazenamento de dados espaciais (banco de dados); e) estruturar e acompanhar o gerenciamento de banco de dados geoespaciais; f) apoiar o desenvolvimento de metodologias para os processos de regularização fundiária e levantamentos de campo; g) elaborar pareceres técnicos, análise cartográfica e processamento de dados visando a construção de peças técnicas necessárias ao registro de imóveis; h) outras atribuições relacionadas à área de formação.

3.1.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e

setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.1.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.2. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

3.2.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Engenharia de Agrimensura em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.2.2. ATRIBUIÇÕES: Executar levantamentos topográficos planialtimétricos e georreferenciamento de imóveis rurais com uso de GPS geodésico e Estação Total e outras atividades correlatas na sua área de atuação; realizar processamento de dados geográficos, elaborar plantas e mapas temáticos e outras atividades com o uso de software de Sistema de Informação Geográfica (SIG); realizar Levantamento e Mapeamento aéreo com VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado); elaborar parecerestécnico, análise cartográfica e processamento de dados visando a construção de peças técnicas necessárias ao registro de imóveis; outras atribuições relacionadas à área de formação.

3.2.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.2.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.3. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS JURÍDICAS

3.3.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Direito em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.3.2. ATRIBUIÇÕES: estudar matérias relacionadas as atividades da BAHATER, consultando



códigos, leis, jurisprudência e outros documentos, para instruir processos, adequando os fatos à legislação aplicável; auxiliar na elaboração de pareceres técnicos, minutas e informações sobre questões de natureza administrativa, fiscal ou outras, revisando o enquadramento, legislação, forma e terminologia adequadas ao assunto em questão; desenvolver outras atividades correlatas.

3.3.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.3.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.4. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS JURÍDICAS AGRÁRIAS

3.4.1 REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Direito em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.4.2. ATRIBUIÇÕES: Realizar a análise técnica dos processos administrativos que tramitam na CDA com o objetivo de subsidiar as decisões das instâncias superiores no âmbito das atribuições institucionais do órgão; analisar documentos referentes aos processos individuais e coletivos de Regularização Fundiária; elaborar despachos e notas técnicas, tendo como parâmetro a legislação estadual e legislações correlatas; instruir e analisar processos discriminatórios administrativos rurais, urbanos e suburbanos; realizar pesquisas documentais em cartórios de registros de imóveis e hipotecas no estado da Bahia; analisar e elaborar cadeia dominial de imóveis rurais; instruir e analisar processos administrativos; prestar atendimento e orientação técnica relacionada aos processos de regularização fundiária; atuar na conciliação administrativa de conflitos fundiários, desenvolver outras atividades correlatas.

3.4.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.4.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.5. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - ADMINISTRAÇÃO

3.5.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Administração, Contabilidade ou Economia em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.5.2 ATRIBUIÇÕES: Organizar e supervisionar processos administrativos e gerenciar dados e documentos; utilizar e acompanhar sistemas administrativos, Sistema de Convênios - SICONV, Sistema Integrado de Planejamento, Contabilidade e Finanças - FIPLAN, Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços - SIMPAS; analisar e emitir parecer sobre prestações de contas de convênios; acompanhar a execução financeira de contratos e convênios.

3.5.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.5.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.6. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

3.6.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Ciências da Computação ou Sistema de Informação em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.6.2. ATRIBUIÇÕES: Programar em linguagem PHP, Frameworks PHP, CakePHP e/ou Laravel, Frameworks JavaScript/CSS, jQuery, Bootstrap, Angular, Banco de dados MySQL e PostgreSQL (manipulação e gestão do SGBD); prestar suporte na administração da rede, no desenvolvimento de sistemas e segurança da informação e modernização do sistema; desenvolver outras atividades correlatas.

3.6.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.6.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.7. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS AGRÁRIAS

3.7.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Agronomia, Medicina Veterinária, Zootecnia e Ciência dos Alimentos, em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.7.2 ATRIBUIÇÕES: Prestar Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares; Conhecimento em agroextrativismo, agroecologia, produção, certificação orgânica e nos sistemas produtivos predominantes do território de identidade; Identificação de produtos diferenciados, beneficiamento e agregação de valor a produção e comercialização para geração de emprego e renda; Utilização de sistemas integrados de produção da Agricultura Familiar; Elaboração e execução de planos e projetos participativos com novos enfoques metodológicos, considerando os conhecimentos endógenos, o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a segurança alimentar e configurando processos educativos continuados; Elaborar e acompanhar projetos técnicos que viabilizem o acesso dos agricultores às diferentes modalidades de crédito produtivo - custeio e investimento do PRONAF e projetos técnicos que viabilizem o acesso dos agricultores ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE, bem como orientar e acompanhar a aplicação dos recursos e produzir relatórios técnicos; Utilização do GPS para sensoriamento remoto. Conhecimento da Legislação Agrária Federal e Estadual, Legislação Ambiental, Manual de Crédito Rural e Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural-PNATER; Conhecer Políticas, Programas e Projetos voltados para agricultura Familiar e a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

3.7.3 REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.7.4 CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.8. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - RECURSOS HUMANOS

3.8.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Gestão de Recursos Humanos ou Administração com habilitação em Recursos Humanos em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.8.2. ATRIBUIÇÕES: Analisar estratégias institucionais; elaborar planos táticos e operacionais de recrutamento, seleção, avaliação e treinamento de pessoal; organizar prontuários; desenvolver outras atividades correlatas.

3.8.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.8.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.9. TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - ARQUIVOLOGIA

3.9.1 REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Arquivologia em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

3.9.2 ATRIBUIÇÕES: Identificar, organizar e avaliar documentos, tais como textos, imagens ou dados, registrados em papel, microfilme e banco de dados online; elaborar instrumentos de pesquisa, provendo banco de dados e/ou sistemas de recuperação de informação; elaborar plano de classificação e implantar Tabela de Temporalidade visando estabelecer critérios de amostragem para guarda permanente ou descarte de documentos; atender usuários, apoiando as atividades de consulta, bem como autenticar reprodução de documentos do arquivo, realizar empréstimos do acervo, fiscalizando a aplicação de legislação de direitos autorais e reprodução e divulgação de imagens.

3.9.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.9.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.10. TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS E SISTEMAS

3.10.1. REQUISITO: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso superior em Administração ou Ciências Contábeis em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC

3.10.2. ATRIBUIÇÕES: Acompanhar e analisar a execução orçamentária e financeira de convênios e outros instrumentos firmados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural, bem como preparar a prestação de contas com emissão de relatórios gerenciais.

3.10.3. REMUNERAÇÃO: A remuneração é constituída pelo vencimento básico no valor de R\$ 1.183,10 (um mil, cento e oitenta e três reais e dez centavos), acrescido de gratificação da função temporária, equivalente a R\$ 1.546,68 (um mil, quinhentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 2.729,78 (dois mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos), quando submetido à jornada de trabalho de 40 horas semanais.

3.10.4. CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais.

3.11. Para todas as funções temporárias haverá na remuneração o acréscimo, por dia útil trabalhado, de auxílio refeição de R\$ 12,00 (doze reais) e de auxílio transporte.

3.12. Para todas as funções temporárias será oferecida, de forma facultativa, a assistência médica do Estado somente para o titular, mediante contribuição mensal, conforme a faixa de renda salarial.

4. DOS REQUISITOS PARA A ADMISSÃO NA FUNÇÃO TEMPORÁRIA

4.1 São requisitos e condições para contratação nas funções temporárias:

- ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do § 1º do artigo 12 da Constituição Federal;
- ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- estar em pleno gozo e exercício dos direitos políticos;
- estar em dia com as obrigações eleitorais;
- estar em dia com os deveres do Serviço Militar para os candidatos do sexo masculino;
- ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições das funções temporárias;
- possuir idoneidade moral, comprovada pela inexistência de antecedentes criminais, atestados por certidões negativas expedidas por órgãos policiais e judiciais, estaduais e federais;
- não ter perdido cargo eletivo o governador e o vice-governador do Estado e o prefeito e o vice-prefeito, por infringência ao dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;
- não ter contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;
- não ter contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes:
 - contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público;
 - contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência;
 - contra o meio ambiente e a saúde pública;
 - eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade;

- de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública;
- de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores;
- de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos;
- de redução à condição análoga a de escravo;
- contra a vida e a dignidade sexual; e
- praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando.

k) não ter contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;

l) não ter sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;

m) não ter sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;

n) no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, que não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;

o) apresentar os documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos constantes no Capítulo 3 deste Edital;

p) cumprir as determinações deste Edital.

q) não ter tido contrato REDA anterior com o Poder Executivo do Estado por período igual ou superior a 72 (setenta e dois) meses de Contrato REDA com o Poder Executivo do Estado da Bahia, salvo as exceções previstas no art. 82 do Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014

4.2 A não apresentação dos documentos comprobatórios dos requisitos exigidos para a admissão da função temporária importará na perda do direito de contratação do candidato.

5. DAS INSCRIÇÕES

5.1 A inscrição do candidato e implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, e nos demais avisos, comunicados, erratas e Editais complementares que vierem a ser publicados deste Processo Seletivo Simplificado, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.

5.2 Fica assegurada aos candidatos travestis e transexuais a inscrição e identificação neste Processo Seletivo Simplificado pelo nome social, além do nome civil, de acordo com o art. 69 do Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

5.2.1 Será considerado, em todas as publicações, o nome civil dos candidatos travestis e transexuais.

5.3 Antes de realizar a inscrição o candidato deverá certificar-se que preenche todos os requisitos exigidos para participação do no Processo Seletivo Simplificado estabelecido neste Edital. Será cancelada a inscrição se for verificado, a qualquer tempo, o não atendimento a todos os requisitos fixados neste Edital.

5.4 É de inteira responsabilidade do candidato inscrito o acompanhamento da divulgação das informações referentes a este Processo Seletivo Simplificado.

5.5 O candidato, ao efetuar a inscrição, não poderá utilizar abreviaturas quanto ao nome, idade e endereço.

5.6. As inscrições ficarão abertas, exclusivamente via Internet no site, seleção.ba.gov.br, no período **das 08h00min do dia 14 de junho de 2021 às 18h00min do dia 18 de junho de 2021**, observado o (horário de Brasília/DF), observado o horário local, de acordo com o item 5.7 (e subitens) deste Capítulo.

5.7. Para inscrever-se, via Internet, o candidato deverá acessar no site seleção.ba.gov.br durante o período das inscrições e, por meio dos links referentes a este Processo Seletivo Simplificado, efetuar sua inscrição, conforme os procedimentos estabelecidos abaixo:

5.7.1 Ler as instruções preencher o Formulário de Inscrição e transmitir os dados pela Internet de forma completa e correta conforme o item 5.8 deste Capítulo, inclusive assinalar o Termo de Responsabilidade.

5.7.2 Ao inscrever-se, o candidato deverá optar no Formulário de Inscrição ao Código de Inscrição correspondente a função temporária/área de atuação e localidade para a qual pretende concorrer.

5.7.3 A inscrição somente será confirmada se o candidato preencher de forma completa e correta e assinalar todos os campos eletrônicos.

5.7.4 Somente serão processadas as inscrições preenchidas eletronicamente e de forma correta.

5.7.5 O candidato somente terá a sua inscrição efetivada se forem realizados todos os procedimentos previstos no item 5.7 e respectivos subitens deste Capítulo.

5.7.6 É dever do candidato manter sob sua guarda o aviso eletrônico gerado ao término da sua inscrição.

5.8 O candidato inscrito não deverá enviar qualquer documento de identificação, sendo de sua exclusiva responsabilidade a informação dos dados cadastrais no ato da inscrição, sob as penas da lei.

5.9 A Secretaria de Desenvolvimento Rural não se responsabilizará por solicitações de inscrição não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados.

5.10 O descumprimento das instruções para inscrição implicará a sua não efetivação.

5.10.1 As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional.

5.10.1.1 A prorrogação das inscrições de que trata o item anterior poderá ser feita sem prévio aviso, bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR (www.sdr.ba.gov.br)

5.11 O candidato inscrito por terceiro assume total responsabilidade pelas informações prestadas

por seu representante, arcando com as consequências de eventuais erros no preenchimento do Formulário de Inscrição disponível via internet eletrônica.

5.12 Ao inscrever-se, para as funções temporárias o candidato deverá indicar o código da opção da função temporária/área de atuação e localidade, conforme tabelas constantes no item 2.1 do Capítulo 2 deste Edital e da barra de opções do Formulário de Inscrição.

5.13 O candidato deverá efetuar uma única inscrição no Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.

5.14 O candidato que efetivar mais de uma inscrição no Processo Seletivo Simplificado, terá a(s) primeira(s) cancelada(s), sendo considerada válida a última inscrição. Não sendo possível identificar a última inscrição efetivada, todas serão canceladas.

5.14.1 A comprovação da data e horário da inscrição dar-se-á mediante aferição da data e horário dos dados gerados e gravados quando da conclusão da inscrição feita pelo candidato.

5.15 As informações prestadas no Formulário de Inscrição serão de inteira responsabilidade do candidato, reservando-se à Comissão o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que não preencher esse documento eletrônico e oficial de forma completa, correta e/ou fornecer dados inverídicos ou falsos.

5.16 Efetivada a inscrição, não serão aceitos pedidos para alteração de opção de função temporária/área de atuação e localidade.

5.17 Declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Inscrição determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer época, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

5.18 Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

5.19 O candidato que exerceu efetivamente a função de jurado no período entre a data de publicação da Lei Federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008 e a data de publicação deste Edital, deverá prestar esta informação no ato de inscrição para utilização como um dos critérios de desempate, conforme item 9.3, alínea "c". "d" do Capítulo 9 deste Edital.

5.20 Não serão aceitas as solicitações de inscrições que não atenderem rigorosamente ao estabelecido neste edital.

6. DAS VAGAS RESERVADAS AOS NEGROS

6.1 As pessoas negras que pretendam fazer uso da prerrogativa que lhes é facultada no artigo 49 da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, é assegurado o direito da inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado nessa condição.

6.1.1 Os candidatos negros com deficiência poderão se inscrever concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas negras nos termos da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014, e para as vagas reservadas à pessoa com deficiência, nos termos do art. 8º, §2º, da Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994.

6.2 Do total de vagas que vierem a ser oferecidas durante o prazo de validade deste Processo Seletivo Simplificado, 30% (trinta por cento) serão reservadas aos candidatos negros, por função temporária/área de atuação e localidade, em cumprimento ao disposto no artigo 49 da Lei estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014, bem como às disposições do Decreto estadual nº 15.353, de 08 de agosto de 2014.

6.2.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração superior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o primeiro número inteiro antecedente, em caso de fração igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o primeiro número inteiro antecedente, em caso de fração igual ou inferior a 0,5 (cinco décimos), conforme previsto no Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

6.2.2 Para a função temporária em que não há vagas reservadas para candidatos negros em razão do quantitativo ofertado neste Edital, deverá ser assegurada a inscrição do candidato negro nessa condição, para hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e que possibilitem a aplicação do disposto no item 6.2 e do subitem 6.2.1 deste Capítulo.

6.3 Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição do Processo Seletivo Simplificado, conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

6.3.1 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar, em campo específico, ser negro e indicar se deseja concorrer às vagas

6.3.2 A autodeclaração é facultativa. Caso o candidato não opte pela reserva de vagas, concorrerá apenas às vagas destinadas à ampla concorrência.

6.3.2.1 A autodeclaração terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado.

6.3.3 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado e, se houver sido contratado, ficará sujeito à anulação da sua admissão a função temporária/ curso, após procedimento administrativo em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

6.3.4 Os candidatos negros que optarem pela reserva de vagas de que trata este edital concorrerão, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência de acordo com a sua classificação no concurso.

6.4 Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal.

6.5 O candidato negro que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá impetrar recurso administrativo em favor de sua condição.

6.6 No **dia 29/06/2021** será publicada no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (<http://www.sdr.ba.gov.br/>) e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br).lista contendo a relação dos candidatos que optaram por concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros.

6.6.1 O candidato poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação indicada no item 6.6 ou, neste mesmo prazo, solicitar alteração de sua opção por concorrer às vagas destinadas aos candidatos negros.

6.6.2 No **dia 07/07/2021** serão divulgados no site Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (<http://www.sdr.ba.gov.br/>) e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br).as respostas aos recursos interpostos.



6.7 O candidato negro, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de ampla concorrência, terá seu nome constante da lista específica de candidatos negros, por função temporária/área de atuação e localidade.

6.8 As vagas definidas no item 6.2 deste Capítulo que não forem providas por falta de candidatos negros ou por reprovação no Processo Seletivo Simplificado, esgotada a lista específica, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância à ordem classificatória.

6.9 Em caso de desistência de candidato negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

6.10 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos negros.

6.11 O candidato negro concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação no Processo Seletivo Simplificado.

6.11.1 O candidato negro poderá concorrer concomitantemente às vagas reservadas a pessoas com deficiência, se atender a essa condição.

6.11.2 O candidato negro aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos negros.

6.12 A contratação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

6.13 O candidato inscrito como negro participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos, à avaliação e aos critérios de aprovação e à nota exigida para todos os demais candidatos.

7. DAS VAGAS RESERVADAS ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

7.1 Às pessoas com deficiência é assegurado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas existentes ou das que vierem a surgir no prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, por função temporária/área de atuação e localidade, desde que as funções temporárias pretendidas sejam compatíveis com a deficiência que possuem, conforme estabelece o artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal; Lei estadual nº 6.677, de 26 de setembro de 1994; Lei estadual nº 12.209, de 20 de abril de 2011, regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014; Lei federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004.

7.1.1 Caso a aplicação do percentual de que trata o item anterior resulte em número fracionado, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, desde que a fração obtida deste cálculo seja superior a 0,5 (cinco décimos), conforme previsto no Decreto estadual nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

7.2 Para as Áreas de Atuação em que não há vagas reservadas para candidatos com deficiência em razão do quantitativo ofertado neste Edital, deverá ser assegurada a inscrição do candidato com deficiência nessa condição, para hipótese de surgimento de novas vagas, durante o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado e que possibilitem a aplicação do disposto no item 7.1 e do subitem 7.1.1 deste Capítulo.

7.3 Considera-se pessoa com deficiência aquela que se enquadrar na definição do artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência da Organização das Nações Unidas (Decreto legislativo nº 186/2008 e Decreto federal nº 6.949, 25 de agosto de 2009) combinado com os artigos 3º e 4º, do Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, da Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, do Decreto federal nº 8.368, 02 de dezembro de 2014, da Lei federal nº 13.146, 06 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

7.4 Não obsta a inscrição ou o exercício das atribuições pertinentes as funções temporárias a utilização de material tecnológico ou habitual.

7.5 As pessoas com deficiência, que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pela legislação, é assegurado o direito de inscrição para a reserva de vagas em Processo Seletivo Simplificado, devendo ser observada a compatibilidade das atribuições com a deficiência de que são portadoras.

7.6 O candidato que, no ato do preenchimento do Formulário de Inscrição, não indicar sua condição de pessoa com deficiência e não cumprir o determinado neste Edital terá a sua inscrição processada como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente essa condição para reivindicar a prerrogativa legal.

7.7 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, particularmente em seu artigo 40, participarão do Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere à avaliação e aos critérios de aprovação e à nota mínima exigida para aprovação.

7.8 O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição, e que deseja concorrer às vagas reservadas. Para tanto, deverá encaminhar, durante o período de inscrições (**do dia 14 de junho de 2021 ao dia 18 de junho de 2021**), a documentação relacionada abaixo, via SEDEX, à Secretaria de Desenvolvimento Rural - Ref.: Declaração Pessoa com Deficiência /Processo Seletivo Simplificado CDA/SDR, endereço 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - BA, 41745-000 os documentos a seguir:

a) Cópia do comprovante de inscrição para identificação do candidato;

b) Laudo Médico expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do início das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

7.8.1 O candidato que encaminhar Laudo Médico, de acordo com o especificado no item 5.8 e que não tenha indicado, no ato da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a candidatos com deficiência, será considerado automaticamente como candidato com deficiência que concorre às vagas reservadas.

7.9 A Secretaria de Desenvolvimento Rural não se responsabiliza pelo extravio ou atraso dos documentos encaminhados via SEDEX.

7.10 Os candidatos que, no período das inscrições, não atenderem ao estabelecido neste Capítulo serão considerados candidatos sem deficiência.

7.11 No dia **07/07/2021** serão publicadas no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (<http://www.sdr.ba.gov.br/>) e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br) a lista contendo a relação dos candidatos que concorrerão às vagas reservadas.

7.11.1 Considerar-se-á válido o laudo médico que estiver de acordo com a letra "b", item 7.8 deste Capítulo.

7.11.2 O candidato cujo Laudo Médico seja considerado inválido ou tenha a solicitação indeferida poderá consultar por meio de link disponível no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (<http://www.sdr.ba.gov.br/>) e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br) os motivos do indeferimento e poderá interpor recurso no prazo de 02 (dois) dias úteis após a publicação indicada no item 7.11 vedada a juntada de documentos.

7.12 No ato da inscrição o candidato com deficiência deverá:

7.12.1 Declarar conhecer o Decreto federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, alterado pelo Decreto federal nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004 e o Decreto federal nº 8.368, de 02 de dezembro de 2014.

7.12.2 Declarar estar ciente das atribuições da função temporária pretendida e que, no caso de vir a exercê-la, estará sujeito à avaliação durante a admissão.

7.13 As instruções para envio do laudo médico no link de inscrição do Processo Seletivo Simplificado, conforme disposto no item 7.7 deste Capítulo, estarão disponíveis no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (<http://www.sdr.ba.gov.br/>) e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br).

7.13.1 É de inteira responsabilidade do candidato o envio correto de documentos

7.13.2 A Secretaria de Desenvolvimento Rural não se responsabiliza por falhas no envio dos arquivos, tais como: arquivo em branco ou incompleto, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

7.14 O candidato com deficiência deverá declarar, no ato da inscrição, se deseja concorrer às vagas reservadas a pessoa com deficiência.

7.14.1 O candidato com deficiência que desejar concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência deverá encaminhar Laudo Médico, de acordo com o item 7.8 deste Capítulo.

7.15 O candidato que estiver concorrendo às vagas reservadas às pessoas com deficiência, se habilitado, terá seu nome publicado em lista específica e figurará também na lista de ampla concorrência, caso obtenha pontuação/classificação necessária para tanto, na forma deste Edital.

7.16 O candidato cuja deficiência seja considerada incompatível com o exercício das atribuições da função temporária será excluído do Processo Seletivo Simplificado.

7.17 As vagas reservadas aos candidatos inscritos na condição de pessoas com deficiência, se não providas, pela inexistência de candidatos aprovados ou pela incompatibilidade da deficiência com o exercício das atribuições da função temporária, serão preenchidas pelos demais candidatos com estrita observância da ordem classificatória.

7.18 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

7.19 O candidato deficiente concorrerá concomitantemente às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação neste Processo Seletivo Simplificado.

7.19.1 O candidato deficiente poderá concorrer concomitantemente às vagas reservadas a candidatos negros, se atender a essa condição.

7.19.2 O candidato deficiente aprovado dentro do número de vagas oferecido à ampla concorrência não será computado para efeito de preenchimento das vagas reservadas a candidatos deficientes.

7.20 A contratação dos candidatos aprovados respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas e o número de vagas reservadas a candidatos com deficiência e a candidatos negros.

7.21 Após publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, o candidato aprovado como deficiente será convocado, de acordo com o número de vagas, por função temporária/área de atuação e localidade, conforme previsto no Capítulo 2, para comprovação da deficiência apontada no ato da inscrição e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições da função temporária.

7.22 Será excluído da lista de classificação o candidato cuja deficiência assinalada no Formulário de Inscrição não for constatada através do Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional.

7.23 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser contratado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

7.24 O atestado médico apresentado terá validade somente para este Processo Seletivo Simplificado e não será devolvido.

7.25 Após a admissão do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a aposentadoria por invalidez.

8. DA AVALIAÇÃO CURRICULAR

8.1. O Processo Seletivo Simplificado será constituído de uma única etapa, Avaliação Curricular, de caráter eliminatório e classificatório.

8.2. A Avaliação Curricular será realizada pela Comissão conforme item 1.1 do Capítulo 1 deste Edital no período de **27 de julho de 2021 até 17 de agosto de 2021**, através das informações prestadas por meio da Ficha de Inscrição, preenchida através do site selecao.ba.gov.br e dos documentos apresentados conforme Edital de Convocação a ser publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizado no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (www.sdr.ba.gov.br) e no site da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA (www.cda.sdr.ba.gov.br).

8.3. A Avaliação Curricular visa aferir a experiência profissional: curso de qualificação, atualização, capacitação ou aperfeiçoamento, curso de informática devidamente apresentados a partir da análise dos comprovantes submetidos para a Comissão de Análise do Processo Seletivo Simplificado.

8.4 No quesito referente à Experiência Profissional serão considerados critérios específicos que permitirão avaliar o candidato a partir das experiências relacionadas às atividades correlatas à área de formação no item 3.

8.4.1 Obrigatoriamente, as experiências nas áreas supracitadas deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital.

8.4.2 A Experiência Profissional deverá ser comprovada conforme definido nos Quadros abaixo, podendo ser conferida posteriormente pela Procuradoria Geral do Estado da Bahia, mediante documentos complementares, e, constatando tratar-se de declaração falsa ou com inexistência de dados, poderá excluir o candidato do certame, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.5. Somente serão avaliados os títulos de cursos de Qualificação, Atualização, Capacitação, Aperfeiçoamento, Extensão e Pós-Graduação relacionados às atribuições da função temporária correlata.

8.6 A pontuação relativa à experiência profissional e aos títulos se limitará ao valor máximo de acordo com os quadros de pontuação abaixo.

8.7 Serão considerados como comprovantes válidos na Avaliação Curricular para aperfeiçoamento na área privativa às Funções Temporárias, cursos referentes à área de formação do candidato.

8.7.1 Na avaliação do curso de informática serão considerados a realização de curso que

contemple Sistema Operacional, Editor de Textos, Planilhas Eletrônicas, Apresentações, Internet, Banco de Dados e Ferramentas.

8.7.2 Somente serão avaliados os títulos de cursos de qualificação, atualização, capacitação ou aperfeiçoamento, que deverão obedecer às seguintes especificações e carga horária:

a) curso de qualificação básica - aquele que objetiva preparar o aluno para o desempenho das funções básicas e de baixa complexidade de uma profissão, independentemente de conhecimentos técnicos já adquiridos anteriormente e experiências profissionais anteriores. Ocorre no nível da formação inicial e continuada de trabalhadores, independente da escolaridade. Possui carga horária de 04 até 20 horas;

b) curso de atualização - aquele que objetiva atualizar habilidades teóricas e ou práticas em uma área do conhecimento. Estão incluídos nessa categoria os processos de qualificação destinados a indivíduos que necessitam de uma adequação devido a mudanças tecnológicas e organizacionais. Possui carga horária acima de 20 até 40 horas;

c) curso de capacitação - tem por objetivo capacitar o aluno mediante a instrução de habilidades teóricas e ou práticas limitantes ao exercício das atividades profissionais. Possui carga horária acima de 40 até 80 horas;

d) curso de aperfeiçoamento - objetiva aprofundar habilidades teóricas e ou práticas em uma área do conhecimento. Possui carga horária acima de 80 horas.

QUADRO 1 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - GEOPROCESSAMENTO

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Geoprocessamento utilizando software de Sistemas de Informação Geográfica Quantum GIS	1,0	8,0	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Aerofotogrametria	1,0		
Interpretação de Imagens de Satélite	1,0		
Desenvolvimento de sistemas computacionais e aplicações na área da geoinformação	1,0		
Geodésia - Processamento de dados GNSS e análise de precisão posicional	1,0		
Modelagem de Dados geográficos e uso de Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGDB)	2,0		
Elaboração de Plantas e Mapas Temáticos padronizados	1,0		
TOTAL		10,00	

QUADRO 2 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - ENGENHARIA DE AGRIMENSURA

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Levantamentos topográficos planialtimétricos e georreferenciamento de imóveis rurais de acordo com a Norma Técnica de Gerenciamento de Imóveis Rurais	2,0	8,0	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Elaboração de Plantas e peças Técnicas de Acordo com NTGIR e Mapas Temáticos	1,0		
Geoprocessamento utilizando software de Sistemas de Informação Geográfica Quantum GIS	2,0		
Levantamento Topográfico com uso de Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT)	2,0		
Geodésia - Processamento de dados GNSS e análise de precisão posicional	1,0		
TOTAL			

**QUADRO 3 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS JURÍDICAS**

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO NA ÁREA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS.			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Análise de processos administrativos disciplinares e sindicâncias	2,0	7	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Análise e parecer de Prestação de contas de convênios	2,0		
Acompanhamento a contratação e execução de contratos e convênios	1,0		
Assessoramento e orientação jurídica junto a agricultores familiares, organizações e movimentos sociais.	2		
4. Curso de Informática com até 05 (cinco) anos de realização.			
Básico	0,5	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Avançado	1,0		
TOTAL		10,00	

QUADRO 4 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS JURÍDICAS AGRÁRIAS

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Procedimentos Administrativos de Regularização Fundiária	2,0	8,0	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Análise jurídica documentos referentes a imóveis rurais	2,0		
Assessoramento e orientação jurídica junto a agricultores familiares, organizações e movimentos sociais	2,0		
Formulação e proposição de procedimentos, instrumentos, rotinas e expedientes no âmbito da regularização fundiária, individual e coletiva.	2,0		
TOTAL		10,00	

QUADRO 5 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - ADMINISTRAÇÃO

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		





2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Procedimentos e utilização de Sistema de Convênios - SICONV	1,0	5,5	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Procedimentos e utilização de Sistema Integrado de Planejamento, contabilidade e Finanças	1,0		
Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços	1,0		
Análise e parecer de Prestação de contas de convênios	1,0		
Acompanhamento a execução financeira de contratos e convênios	0,5		
Participação de Comissão de Licitação e/ou de Equipe de Pregão	1,0		
4. Experiência em Desenvolvimento de trabalhos com informática básica (editor de texto, Planilha eletrônica, Gráficos, Aplicativo de apresentação e Sistemas e ferramentas online)			
Editor de texto	0,50	2,5	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Planilha Eletrônica	0,50		
Gráficos	0,50		
Aplicação de Apresentação	0,50		
Sistemas e ferramentas online	0,50		
TOTAL		10,00	

QUADRO 6 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - CIÊNCIAS DA COMPUTAÇÃO

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Prestação de suporte na administração da rede	2,0	5,5	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Desenvolvimento de sistemas	1,5		
Programação em linguagem PHP, Frameworks PHP, CakePHP e/ou Laravel, Frameworks JavaScript/ CSS, jQuery, Bootstrap, Angular, Banco de dados MySQL e PostgreSQL (manipulação e gestão do SGBD).	1,0		
Segurança da informação e modernização de sistemas	1,0		
4. Experiência em Desenvolvimento de trabalhos com informática básica (editor de texto, Planilha eletrônica, Gráficos, Aplicativo de apresentação e Sistemas e ferramentas online)			
Editor de texto	0,50	2,5	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Planilha Eletrônica	0,50		
Gráficos	0,50		
Aplicação de Apresentação	0,50		
Sistemas e ferramentas online	0,50		
TOTAL		10,00	

QUADRO 7- REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR CIÊNCIAS AGRÁRIAS

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		



2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Experiência mínima comprovada em 2 anos com Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER nos sistemas produtivos predominantes no território de identidade.	2 a 5 anos = 1,0 ponto; De 5 a 10 = + 0,75 ponto; Acima de 10 = + 0,75 ponto; Pontuação máxima 2,5 pontos.	8,0	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima. *No caso de projeto e programas, serão aceitas declarações dos grupos beneficiados, associações e/ou cooperativas especificando o período de atuação, políticas, programas e projetos viabilizados.
Experiência em ATER com ênfase agroextrativismo, agroecologia, produção e certificação orgânica; Identificação de produtos diferenciados da Agricultura Familiar.	2 a 5 anos = 1,0 ponto; De 5 a 10 = + 0,5 ponto; Acima de 10 = + 0,5 ponto; Pontuação máxima 2 pontos.		
*Experiência em atividades coletivas, especialmente nas formas associativistas e cooperativistas, compreendendo a organização, elaboração e acompanhamento de projetos, Chamadas públicas, programas de comercialização da Agricultura Familiar e etc.	2 a 5 anos = 0,5 ponto; Acima de 5 = + 0,5 ponto; Pontuação máxima 1,0 ponto.		
*Experiência em viabilizar o acesso dos agricultores Familiares ao Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - PRONAF, ao Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, Programa Nacional de Alimentação Escolar- PNAE e demais ações que viabilizem o acesso às políticas, programas e projetos voltados para Agricultura Familiar.	0,25 por política pública, programa e/ou projeto comprovado. Pontuação máxima 2 pontos.		
*Experiência em elaboração e acompanhamento de projetos com ênfase nos aspectos ambientais, bem como a elaboração de Cadastros Ambiental Rural- CAR e/ou Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais - CEFIR	0,5 ponto.		
TOTAL		10,00	

QUADRO 8 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - RECURSOS HUMANOS

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Elaboração de planejamento e operacional de recrutamento, seleção e avaliação.	2,0	5,5	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Treinamento de pessoal	1,5		
Organização de prontuários	2,0		

EGBA**CERTIFICAÇÃO DIGITAL**

EGBA: 71 3116 2137 • www.egba.ba.gov.br

**EGBA****SERVIÇOS GRÁFICOS**

EGBA: 71 3116 2837/2838 • www.egba.ba.gov.br





4. Experiência em Desenvolvimento de trabalhos com informática básica (editor de texto, Planilha eletrônica, Gráficos, Aplicativo de apresentação e Sistemas e ferramentas online)			
Editor de texto	0,50	2,5	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Planilha Eletrônica	0,50		
Gráficos	0,50		
Aplicação de Apresentação	0,50		
Sistemas e ferramentas online	0,50		
TOTAL		10,00	

QUADRO 9 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - ARQUIVOLOGIA

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		
3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Identificação, organização e avaliação de documentos	0,5	5,5	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Elaboração de instrumentos de pesquisas	1,0		
Elaboração de banco de dados e/ou sistemas de recuperação de informação	1,0		
Elaboração de Plano de classificação e implantação de tabela temporalidade	1,0		
Autenticação e reprodução de documentos de arquivo	1,0		
Acompanhamento de guarda permanente ou descarte de documentos	1,0		
4. Experiência em Desenvolvimento de trabalhos com informática básica (editor de texto, Planilha eletrônica, Gráficos, Aplicativo de apresentação e Sistemas e ferramentas online)			
Editor de texto	0,50	2,5	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Planilha Eletrônica	0,50		
Gráficos	0,50		
Aplicação de Apresentação	0,50		
Sistemas e ferramentas online	0,50		
TOTAL		10,00	

QUADRO 10 - REQUISITOS DE AVALIAÇÃO - TÉCNICO NÍVEL SUPERIOR - PRESTAÇÃO DE CONTAS E SISTEMAS

1. CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Doutorado	1,0	1	Diploma devidamente registrado ou Certificado/Declaração de conclusão do curso desde que acompanhado de histórico escolar. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Mestrado	0,5		
Especialização	0,25		
2. CURSO DE QUALIFICAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, CAPACITAÇÃO OU APERFEIÇOAMENTO COMPATÍVEL COM A DESCRIÇÃO DA FUNÇÃO E ATRIBUIÇÕES			
CURSO	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Não possui	0	1	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Com carga horária de 04h até 20 horas	0,25		
Com carga horária acima de 20h até 40h	0,5		
Com carga horária acima de 40h até 80h	0,75		
Com carga horária acima de 80h	1,0		

EGBA

DOOL

Portal e aplicativo que oferecem
acesso a informações publicadas no
Diário Oficial do Estado.

dool.egba.ba.gov.br



EGBA

DIÁRIO OFICIAL
PUBLICA BAHIA

EGBA: 71 3116 2850/2133 • www.egba.ba.gov.br





3. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL MÍNIMA DE 01 (UM) ANO NA ÁREA DE ATUAÇÃO EXIGIDA NESTE EDITAL			
EXPERIÊNCIA	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO MÁXIMA	COMPROVAÇÃO
Procedimentos e utilização de Sistema de Convênios - SICONV	1,0	5,5	Comprovação de vínculo (Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Contrato de Trabalho ou Contrato de Prestação de Serviços ou Certidão de tempo de serviço) acompanhado de comprovação de experiência (Declaração da Instituição em que prestou serviço) nos termos do item 8.13. Obrigatoriamente as experiências deverão ser consideradas nos últimos 10 (dez) anos contados da publicação deste Edital, conforme item 8.4.1. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Procedimentos e utilização de Sistema Integrado de Planejamento, contabilidade e Finanças	1,0		
Sistema Integrado de Material, Patrimônio e Serviços	1,0		
Análise e parecer de Prestação de contas de convênios	1,0		
Acompanhamento a execução financeira de contratos e convênios	0,5		
Participação de Comissão de Licitação e/ou de Equipe de Pregão	1,0		
4. Experiência em Desenvolvimento de trabalhos com informática básica (editor de texto, Planilha eletrônica, Gráficos, Aplicativo de apresentação e Sistemas e ferramentas online)			
Editor de texto	0,50	2,5	Certificados ou declarações de conclusão nos termos do item 8.14. Serão computadas as pontuações que o candidato informou até o limite da pontuação máxima.
Planilha Eletrônica	0,50		
Gráficos	0,50		
Aplicação de Apresentação	0,50		
Sistemas e ferramentas online	0,50		
TOTAL		10,00	

8.7.3 Em cada requisito da Avaliação Curricular constantes nos Quadros 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09 e 10 serão computadas apenas as pontuações que o candidato informou, não havendo acumulação de pontos num mesmo requisito.

8.7.4 A pontuação máxima obtida na Avaliação Curricular é de 10 (dez) pontos e considerar-se-ão habilitados os candidatos com pontuação igual ou superior a **6,00 (seis)** pontos, desde que atendidas às exigências dos Capítulos 2, 3, 4 e 5 e 8.8.1 deste Edital.

8.7.5 Os candidatos que obtiverem pontuação inferior a 6,00 (seis) pontos na Avaliação Curricular serão excluídos do Processo Seletivo Simplificado.

8.8 A Comissão divulgará através do site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (www.sdr.ba.gov.br) e no site da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.ba.gov.br) lista provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular por ordem de classificação, por função temporária/área de atuação e localidade, de acordo com a pontuação obtida no Formulário de Inscrição, conforme Cronograma Provisório constante Anexo I deste Edital.

8.8.1 Os candidatos que obtiverem pontuação igual ou superior a 6,00 (seis) pontos, estarão habilitados na Avaliação Curricular e classificados provisoriamente neste Edital e serão convocados para apresentar os documentos comprobatórios dos dados curriculares informados no Formulário de Inscrição, com vistas a validar a classificação, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.8.2 Os candidatos habilitados na Avaliação Curricular e classificados provisoriamente em até 10 (dez) vezes o número de vagas previstas neste Edital, incluindo os empatados na última posição para ampla concorrência, serão convocados para apresentar os documentos comprobatórios dos dados curriculares informados no Formulário de Inscrição, com vistas a validar a classificação, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.8.3 Dentre os candidatos que concorrerem às **vagas reservadas a candidatos negros**, serão convocados para apresentar documentos os candidatos habilitados e melhores classificados, considerando o limite de **10 (dez) vezes o número de vagas reservadas, conforme distribuição no quadro abaixo**, incluindo os empatados na última posição, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

8.8.4 Dentre os candidatos que concorrerem às **vagas reservadas a candidatos com deficiência**, serão convocados para apresentar documentos os candidatos habilitados e melhores classificados, considerando o limite de **10 (dez) vezes o número de vagas reservadas, conforme distribuição no quadro abaixo**, incluindo os empatados na última posição, ficando os demais candidatos reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado para todos os efeitos.

CÓDIGO DE INSCRIÇÃO	FUNÇÃO TEMPORÁRIA/ÁREA DE ATUAÇÃO	LOCALIDADE	AMPLA CONCORRÊNCIA	VAGAS RESERVADAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	RESERVADAS PARA NEGROS	TOTAL
1	Técnico Nível Superior Geoprocessamento	Salvador	20	10	10	40
2	Técnico Nível Superior Engenharia de Agrimensura	Salvador	40	10	20	70
3	Técnico Nível Superior Ciências Jurídicas Agrárias	Salvador	70	10	30	110
4	Técnico Nível Superior Administração	Salvador	20	10	10	40
5	Técnico Nível Superior- Ciências Jurídicas	Salvador	30	10	10	50
6	Técnico Nível Superior- Ciências da Computação	Salvador	10	10	10	30
7	Técnico Nível Superior- Ciências Agrárias	Alagoinhas	10	10	10	30
		Cruz das Almas	10	10	10	30
		Camaçari	10	10	10	30
		Jacobina	10	10	10	30
		Paulo Afonso	10	10	10	30
		Ribeira do Pombal	10	10	10	30
		Riachão do Jacuípe	10	10	10	30
		Senhor do Bonfim	10	10	10	30
		Serrinha	10	10	10	30
		Barreiras	10	10	10	30
		Bom Jesus da Lapa	10	10	10	30
		Brumado	10	10	10	30
		Itapetinga	10	10	10	30
		Juazeiro	10	10	10	30
		Santa Maria da Vitória	10	10	10	30
		Amargosa	10	10	10	30
		Vitória da Conquista	10	10	10	30
		Eunápolis	10	10	10	30
		Feira de Santana	10	10	10	30
		Irecê	10	10	10	30
		Itabuna	10	10	10	30
		Itaberaba	10	10	10	30
		Jequié	10	10	10	30
Seabra	10	10	10	30		
Teixeira de Freitas	10	10	10	30		
Valença	10	10	10	30		
Macaúbas	10	10	10	30		



8	Técnico Nível Superior- Arquivologia	Salvador	10	10	10	30
9	Técnico Nível Superior - Prestação De Contas e Sistemas	Salvador	20	10	10	40
10	Técnico Nível Superior- Recursos Humanos	Salvador	10	10	10	30
TOTAL			500	360	390	1250

8.8.5 Para a função temporária/curso que não há vagas reservadas aos candidatos negros ou com deficiência, será convocado para avaliação curricular **os 10 primeiros candidatos habilitados**, e os empatados na colocação, se for o caso, por função temporária/área de atuação e localidade, considerando a classificação das listas de candidatos negros ou com deficiência. Os candidatos que não atingirem o limite estabelecido no item 8.8.1 deste Capítulo serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

8.9 O candidato deverá encaminhar à Comissão responsável pelo Processo Seletivo Simplificado, cópia dos documentos exigidos, conforme Capítulo 8.15 deste Edital bem como cópia do seu documento de identidade, com foto e que identifique sua data de nascimento.

8.10 As cópias dos documentos deverão ser entregues pessoalmente ou postados via SEDEX, no período 16/07/2021 até 26/07/2021, à Secretaria de Desenvolvimento Rural/SDR - Ref.: Processo Seletivo Simplificado CDA/SDR, endereço 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, 41745-000.

8.11 Os documentos a serem entregues pessoalmente ou via SEDEX deverão estar rubricados e numerados por página, em ordem sequencial, conforme estiverem listados na "Relação de Documentos para a Avaliação Curricular".

8.12 A "Relação de Documentos para a Avaliação Curricular" deverá ser apresentada em 1 (uma) via (obrigatoriamente digitada ou datilografada), conforme o modelo a seguir:

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA A AVALIAÇÃO CURRICULAR

Identificação do candidato:

- 1) Processo Seletivo Simplificado: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DA BAHIA
- 2) Função Temporária:
- 3) Nome do candidato:
- 4) Número do Documento de Identidade:
- 5) Número de inscrição:

Lista de Documentos Anexos:

- Página 1 - Documento "x"
 Página 2 - Documento "y"
 Página 3 - Documento "z"

Data e assinatura do candidato:

8.13 O período de apresentação dos documentos será divulgado por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e divulgado no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (www.sdr.ba.gov.br), conforme Cronograma provisório constante no Anexo I deste Edital.

8.14 Os documentos consistentes em declarações ou certidões devem ser apresentados em papel timbrado, redigidos de forma legível e com todos os dados necessários tanto a identificação das respectivas instituições ou órgãos expedidores como dos responsáveis pelas mesmas, sob pena de não reconhecimento dos mesmos.

8.15 A experiência profissional deverá ser comprovada através de um dos seguintes documentos:

- a) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS devidamente assinada pelo antigo empregador (es) onde constem as datas de admissão e demissão e anotações pertinentes a situações legais de suspensão do respectivo contrato de trabalho.
- b) Contrato de Trabalho acompanhado dos contracheques dos três últimos meses contados da data do desligamento, Contrato de Prestação de Serviços acompanhado do comprovante do pagamento respectivo, ou outro instrumento equivalente.
- c) Certidão de tempo de serviço emitida pelo INSS ou por órgãos ou entidades da Administração Pública.

8.15.1 A experiência profissional na área desejada pelo candidato poderá ser comprovada de forma complementar através de Declaração da Instituição em que prestou serviço, no que se refere às atividades desenvolvidas.

8.15.2 Será considerado como tempo de Experiência Profissional somente aquelas experiências comprovadamente relacionadas com a formação exigida neste Edital para a função temporária/área de atuação para a qual está concorrendo.

8.16 Para comprovação dos Títulos de Especialização, Mestrado e Doutorado nas áreas específicas, serão aceitos certificados ou declarações de conclusão, nos quais deverão constar o período do curso; nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso; assinatura do responsável pela Instituição, com identificação e/ou carimbo e conteúdo programático, podendo haver acumulação de pontos até o limite máximo da pontuação permitida.

8.16.1 Para comprovação dos Cursos de qualificação, atualização, capacitação ou aperfeiçoamento serão aceitos certificados ou declarações de conclusão, nos quais deverão constar a carga horária; período do curso; nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso; assinatura do responsável pela Instituição, com identificação e/ou carimbo e conteúdo programático, podendo haver acumulação de pontos até o limite máximo da pontuação permitida.

8.16.2 Para comprovação dos Cursos de Informática:

8.16.2.1 Para comprovação dos Cursos de Informática, serão aceitos certificados ou declarações de conclusão com até 05 (cinco) anos de realização contados a partir da data de publicação do Edital, não sendo permitido o fracionamento ou a soma da carga horária de um outro título para o mesmo item.

8.16.2.2 Serão consideradas informações necessárias nos documentos comprobatórios dos Cursos de Informática: carga horária; período do curso; nome da Instituição com timbre ou carimbo impresso; assinatura do responsável pela Instituição, com identificação e/ou carimbo e conteúdo programático.

8.17 Expirado o período de postagem dos documentos, não serão aceitos pedidos de inclusão de documentos, sob qualquer hipótese ou alegação, valendo para tanto a data da postagem.

8.18 Não serão aceitos documentos enviados por fax, e-mail, ou outro meio que não o estabelecido neste Edital.

8.19 Todos os documentos deverão ser comprovados com informações necessárias ao perfeito enquadramento e consequente valoração.

8.20 Todos os documentos deverão ser entregues somente em cópias.

8.21 Serão aceitos documentos obtidos e entregues pelo candidato até a data final do prazo de recebimento, publicada em Edital de Convocação que estabelecerá o período para a entrega dos mesmos.

8.22 A irregularidade ou ilegalidade constatada em relação a algum dos documentos apresentados acarretará a desconsideração do mesmo. Comprovada a responsabilidade do candidato, será o mesmo excluído do Processo Seletivo Simplificado.

8.23 A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia divulgará, através da Comissão, no Diário Oficial do Estado da Bahia, relação contendo apenas os candidatos habilitados na Avaliação Curricular por ordem decrescente de pontuação, por função temporária/área de atuação e localidade, até o limite de 10 (dez) vezes o número de vagas previstas no Quadro 1 do Capítulo 2 e que obtiverem pontuação igual ou superior a **6,00 (seis)** pontos após comprovação da documentação para Avaliação Curricular.

8.23.1. Os candidatos que obtiverem nota inferior a 6,00 (seis) pontos, após comprovação da documentação da Avaliação Curricular, serão reprovados e eliminados do Processo Seletivo Simplificado.

8.24 Comprovada, em qualquer tempo, irregularidade ou ilegalidade nos dados curriculares e, comprovada a culpa do mesmo, o candidato será excluído do Processo Seletivo Simplificado, sem prejuízo das medidas penais cabíveis.

8.25 Quando o nome do candidato for diferente do constante nos documentos apresentados, deverá ser anexado comprovante de alteração do nome (por exemplo: certidão de casamento).

8.26 Os documentos relativos a Avaliação Curricular, apresentados pelo candidato, terão validade somente para o Processo Seletivo Simplificado de que trata este Edital.

8.27 Todos os documentos referentes a Avaliação Curricular, não retirados no prazo de 120 (cento e vinte) dias da homologação final do Processo Seletivo Simplificado poderão ser inutilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia.

9. DA CLASSIFICAÇÃO

9.1 A pontuação final dos candidatos habilitados por em todas as funções/ curso será igual a nota obtida na Avaliação Curricular.

9.2 Os candidatos habilitados serão classificados por ordem decrescente da nota final, observada a lista correspondente à reserva de vagas aos candidatos negros e com deficiência.

9.3 Para todas as funções temporárias, na hipótese de igualdade de nota final, terá preferência, para fins de desempate, após a observância do disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) - considerada, para esse fim, a data limite para correção de dados cadastrais - sucessivamente, o candidato que:

- a) tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, completos, conforme a Lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003, (Estatuto do Idoso);
- b) obtiver maior nota na Experiência Profissional;
- c) obtiver maior nota no Curso de Qualificação, Atualização, Capacitação ou Aperfeiçoamento;
- d) tiver maior idade, considerando dia, mês e ano;
- e) tiver exercido efetivamente a função de jurado no período entre a data da publicação da Lei federal nº 11.689, de 09 de junho de 2008 e a data de publicação deste Edital, desde que tenha informado no ato de inscrição, conforme o item 5.19 deste Edital.

9.4 Em caso de utilização do critério de desempate previsto no subitem 9.3 deste Capítulo, o candidato será convocado posteriormente para envio da certidão comprobatória.

9.5 Os candidatos aprovados neste Processo Seletivo Simplificado serão classificados em ordem decrescente de nota final, por função temporária/ curso.

9.6 O Resultado Final deste Processo Seletivo Simplificado será publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia e disponibilizado no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (www.sdr.ba.gov.br) onde constarão as notas finais dos candidatos habilitados, por ordem decrescente de nota final, por função temporária, assim como a classificação por eles obtida.

9.6.1 O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será divulgado por meio de 03 (três) listas, a saber:

- a) lista contendo a classificação de todos os candidatos habilitados, por função temporária, inclusive os inscritos como candidatos com deficiência e negros;
- b) lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos habilitados com deficiência, função temporária;
- c) lista contendo a classificação exclusivamente dos candidatos habilitados negros, por função temporária.

9.7 Da divulgação dos resultados no Diário Oficial do Estado da Bahia constarão somente os candidatos habilitados.

9.8 O candidato não habilitado nos termos deste Edital será excluído do Processo Seletivo Simplificado e não constará da lista de classificação final.

10. DOS RECURSOS

10.1 Será admitido recurso quanto:

- a) ao indeferimento da condição de candidato com deficiência;
- b) opção em concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros;
- c) a divulgação da Relação Provisória dos candidatos habilitados na Avaliação Curricular;



- d) ao Resultado Provisório da Avaliação Curricular do Processo Seletivo Simplificado.
- 10.2 Os recursos deverão ser interpostos no prazo de 02 (dois) dias úteis após a ocorrência do evento que lhes der causa, tendo como termo inicial o 1º dia útil subsequente à data do referido evento.
- 10.3 Somente serão considerados os recursos interpostos no prazo estipulado para a fase a que se referem.
- 10.4 Não serão aceitos os recursos interpostos em prazo destinado a evento diverso do questionado.
- 10.5 Os recursos deverão ser dirigidos à Comissão e entregues no Setor de Protocolo da Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR endereço 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, 41745-000, devendo dele constar o endereço para correspondência, telefone, e-mail e assinatura do candidato.
- 10.5.1 Os recursos poderão ser enviados, ainda, por meio de SEDEX, dirigidos à Comissão, Secretaria de Desenvolvimento Rural-SDR, 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia, Salvador - BA, 41745-000, devendo dele constar o endereço para correspondência, telefone, e-mail e assinatura do candidato.
- 10.6 O candidato deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito.
- 10.7 Não serão aceitos recursos interpostos por fax, telegrama, e-mail ou outro meio que não seja o especificado neste Edital.
- 10.8 Cada item deverá ser apresentado em folha separada, identificada conforme modelo a seguir:

Modelo de Identificação de Recurso:

Processo Seletivo Simplificado: Candidato: Código de Inscrição e Opção da função temporária/área de atuação: N.º de Inscrição: N.º do Documento de Identidade: Fundamentação e argumentação lógica: Data e assinatura:
--

- 10.9 Serão indeferidos os recursos:
- a) que estejam em desacordo com as especificações contidas neste Capítulo;
- b) cuja fundamentação não corresponda fase recorrida;
- c) sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente, incoerente ou os intempestivos;
- d) contra terceiros;
- e) encaminhados por meio da imprensa e/ou de “redes sociais online”.
- 10.10 Admitir-se-á um único recurso por candidato para cada evento referido no item 10.1 deste Capítulo, devidamente fundamentado, sendo desconsiderado recurso de igual teor.
- 10.11 Em hipótese alguma será aceita revisão de recurso e/ou recurso do recurso.
- 10.12 A Comissão constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
- 10.13 As respostas a todos os recursos, quer procedentes ou improcedentes, serão levadas ao conhecimento de todos os candidatos inscritos no Processo Seletivo Simplificado por meio do site da Secretaria de Desenvolvimento Rural (www.sdr.ba.gov.br) e no site da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br), não tendo qualquer caráter didático, e ficarão disponíveis pelo prazo de 07 (sete) dias a contar da data de sua divulgação.
- 10.14 Após análise dos recursos será disponibilizado no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural (www.sdr.ba.gov.br) e no site da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br) o resultado dos recursos.

11. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

- 11.1 A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, por meio da Comissão, publicará em Diário Oficial do Estado da Bahia de acordo com o Decreto estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, o Resultado Provisório da Avaliação Curricular, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por função temporária/área de atuação e localidade, de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.
- 11.2 A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia através do seu Titular, publicará o Resultado Final e a Homologação do Processo Seletivo Simplificado, no Diário Oficial do Estado da Bahia de acordo com o Decreto estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, contendo a relação dos candidatos habilitados em ordem decrescente de pontuação final, por função temporária/área de atuação e localidade, de acordo com a opção declarada no ato da inscrição.
- 11.3 A publicação de todos os resultados do Processo Seletivo Simplificado será feita em 3 (três) listas, por função temporária/área de atuação e localidade, contendo:
- a) a primeira, todos os candidatos aprovados, inclusive os candidatos inscritos como negros e os candidatos inscritos como candidato com deficiência;
- b) a segunda, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidato com deficiência;
- c) a terceira, apenas os candidatos aprovados inscritos como candidato negros.

12. DA CONTRATAÇÃO

- 12.1 Após publicação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado e da sua Homologação, o Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia convocará os candidatos aprovados, conforme distribuição de vagas disposta no Capítulo 2 deste Edital, por meio de Edital de Convocação, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia, de acordo com o Decreto estadual nº 16.732, de 19 de maio de 2016, segundo a opção de função temporária/área de atuação e localidade, observando rigorosamente, a ordem de classificação final do Processo Seletivo Simplificado (lista de ampla concorrência, lista de candidatos negros e lista de candidatos com deficiência) para apresentação dos seguintes documentos:
- a) Original e cópia do diploma, devidamente registrado de conclusão do curso de nível superior para a função temporária que concorreu expedido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC;
- b) Original e cópia do certificado, devidamente registrado, de conclusão de curso de ensino

- médio expedido por Instituição de Ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou formação técnica profissionalizante de nível médio;
- c) Original e cópia dos títulos obtidos no exterior revalidados no Brasil, se for o caso;
- d) Original e cópia da carteira de identidade, CPF, certidão de nascimento ou de casamento, se for o caso;
- e) Original e cópia do título de eleitor e dos comprovantes dos dois últimos pleitos ou certidão de quitação eleitoral fornecida pelo respectivo cartório eleitoral;
- f) Original e cópia do ato de exoneração ou do requerimento no ato da posse para o candidato que ocupe cargo, emprego ou função pública inacumulável na forma do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal;
- g) declaração de bens;
- h) Original e cópia do PIS/PASEP;
- i) Atestado de Saúde Ocupacional - ASO, expedido por Médico do Trabalho ou Serviço Médico Especializado em Medicina Ocupacional;
- j) declaração de não-acumulação de cargos, empregos e funções, ainda que não remunerados;
- k) Original e cópia do certificado de reservista para os homens;
- l) 03 (três) fotos 3x4 (recentes e idênticas);
- m) Original e cópia do comprovante de residência dos últimos 08 (oito) anos;
- n) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Federal;
- o) certidão negativa dos setores de distribuição dos foros criminais dos lugares em que tenha residido, nos últimos 08 (oito) anos, da Justiça Estadual;
- p) folha de antecedentes da Polícia Federal de onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- q) folha de antecedentes da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 08 (oito) anos, expedida, no máximo, há 06 (seis) meses;
- r) certidão negativa da Justiça Militar Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- s) certidão negativa da Justiça Militar Estadual ou do Distrito Federal, inclusive para os candidatos do sexo feminino;
- t) certidão negativa da Justiça Eleitoral;
- u) certidão negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça;
- v) certidão negativa do Conselho de Classe ou órgão profissional competente;
- w) declaração de que:
- I - não tenha contra si decisão condenatória transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, desde a condenação até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena pelos crimes contra a economia popular, a fé pública, a administração pública e o patrimônio público; contra o patrimônio privado, o sistema financeiro, o mercado de capitais e os previstos na lei que regula a falência; contra o meio ambiente e a saúde pública; eleitorais, para os quais a lei comine pena privativa de liberdade; de abuso de autoridade, nos casos em que houver condenação a perda do cargo ou a inabilitação para o exercício da função pública; de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores; de tráfico de entorpecentes e drogas afins, racismo, tortura, terrorismo e hediondos; de redução à condição análoga a de escravo; contra a vida e a dignidade sexual; praticados por organização criminosa, quadrilha ou bando;
- II - não tenha perdido cargo eletivo de governador e de vice-governador do Estado e de prefeito e de vice-prefeito, por infringência a dispositivo da Constituição Estadual ou da Lei Orgânica do Município, nos últimos 08 (oito) anos;
- III - não tenha contra si representação julgada procedente pela justiça eleitoral em decisão transitada em julgado, em processo de apuração de abuso de poder econômico ou político nos últimos 08 (oito) anos;
- IV - não tenha contra si decretação da suspensão dos direitos políticos, em decisão transitada em julgado ou por órgão judicial colegiado, por ato doloso e de improbidade administrativa que importe lesão ao patrimônio público e enriquecimento ilícito, desde a condenação ou o trânsito em julgado até o transcurso do prazo de 08 (oito) anos após o cumprimento da pena;
- V - não tenha sido excluído do exercício da profissão, por decisão sancionatória do órgão profissional competente, em decorrência de infração ético-profissional, pelo prazo de 08 (oito) anos, salvo se o ato houver sido anulado ou suspenso pelo Poder Judiciário;
- VI - não tenha sido demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo ou judicial, pelo prazo de 08 (oito) anos, contados da decisão, salvo se o ato houver sido suspenso ou anulado pelo Poder Judiciário;
- VII - no caso de Magistrado e de membro do Ministério Público, não tenha sido aposentado compulsoriamente por decisão sancionatória, que não tenha perdido o cargo por sentença ou que não tenha pedido exoneração ou aposentadoria voluntária na pendência de processo administrativo disciplinar, pelo prazo de 08 (oito) anos;
- VIII - não tenha sido responsável por atos julgados irregulares por decisão definitiva do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas de Estado, do Distrito Federal ou de Município, ou ainda, por conselho de contas de Município;
- IX - não tenha sido punido, em decisão da qual não caiba recurso administrativo, em processo disciplinar por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo;
- x) procuração para os candidatos que optem por se fazerem representados por terceiro, com firma devidamente reconhecida em cartório;
- y) comprovação de ter exercido efetivamente a função de jurado, conforme item 5.16 do Capítulo 5, deste Edital.
- z) número de conta corrente do Banco do Brasil;
- aa) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS para comprovação da experiência profissional conforme informado na Ficha de Inscrição Obrigatória;
- bb) Original e cópia da Certidão de Nascimento ou RG de filho (s) menor (es) de 18 (dezoito) anos, se for o caso;
- 12.2 Além da documentação acima mencionada, será exigido o preenchimento de declarações ou formulários fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, à época da contratação.
- 12.3 Não serão aceitos protocolos dos documentos exigidos, nem fotocópias ou xerocópias não autenticadas.

12.4 Na contratação serão convocados os candidatos aprovados das 03 (três) listas (ampla concorrência, pessoas com deficiência e candidatos negros), de maneira alternada e proporcional, devendo ser observada a seguinte ordem de convocação:

- Contratação pelas vagas destinadas à ampla concorrência;
- Contratação pelas vagas reservadas aos candidatos negros;
- Contratação pelas vagas reservadas às pessoas com deficiência.

12.5 Não havendo candidatos aprovados para as vagas reservadas, as vagas serão preenchidas por candidatos da lista de ampla concorrência, com rigorosa observância da ordem classificatória.

12.6 No caso de desistência formal da contratação, prosseguir-se-á a contratação dos demais candidatos habilitados, observada a ordem classificatória, bem como as disposições referentes às listas geral e específicas.

12.7 Somente serão contratados os candidatos que tenham apresentado original e cópia de todos os documentos relacionados no item 12.1 deste Capítulo.

12.8 O candidato que, na data da contratação, não reunir os documentos requisitados enumerados acima, perderá o direito ao ingresso na referida função temporária.

12.9 O não comparecimento do candidato no ato da convocação acarretará a perda do direito da contratação na referida função temporária.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações de todos os atos, editais, portarias, avisos e comunicados referentes a este Concurso Público no **Diário Oficial do Estado da Bahia**, no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado da Bahia (www.sdr.ba.gov.br) e no site da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br)

13.2 Correrão por conta exclusiva do candidato quaisquer despesas com documentação, interposição de recurso, material, exames laboratoriais, laudos médicos ou técnicos, atestados, deslocamentos, viagem, alimentação, estadia e outras decorrentes de sua participação no Processo Seletivo Simplificado.

13.3 Todos os cálculos descritos neste Edital serão realizados com 02 (duas) casas decimais, arredondando-se para cima sempre que a 3ª (terceira) casa decimal for maior ou igual a 05 (cinco).

13.4 Todos os atos relativos ao presente Processo Seletivo Simplificado, editais, convocações, avisos e resultados, serão publicados no Diário Oficial do Estado da Bahia, no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia (www.sdr.ba.gov.br) e no site da Coordenação de Desenvolvimento Agrário (www.cda.sdr.ba.gov.br)

13.5 O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Processo Seletivo Simplificado é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas ao resultado do Processo Seletivo Simplificado.

13.6 Não serão fornecidos atestados, declarações, certificados ou certidões relativas à habilitação, classificação ou nota de candidatos.

13.7 Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de documentos após as datas estabelecidas.

13.8 Não serão considerados requerimentos, reclamações, notificações extrajudiciais ou

quaisquer outros instrumentos similares, cujo teor não seja objeto de recurso apontado neste Edital.

13.9 Em caso de alteração/correção dos dados pessoais (nome, endereço, telefone para contato, sexo, data de nascimento etc.) constantes no Formulário de Inscrição, o candidato deverá efetuar a atualização no Protocolo da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia, endereço 2ª Avenida, 250 - Centro Administrativo da Bahia-CAB, Salvador - BA, 41745-000, ou remetida via SEDEX com registro para rastreamento e comprovação de entrega.

13.10 É responsabilidade do candidato manter seu endereço (inclusive eletrônico) e telefone atualizados, até que se expire o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado, para viabilizar os contatos necessários, sob pena de, quando for convocado, perder o prazo para ser contratado, caso não seja localizado.

13.11 A Secretaria de Desenvolvimento Rural do Estado da Bahia não se responsabiliza por eventuais prejuízos ao candidato decorrentes de:

- endereço eletrônico errado ou não atualizado ou devolvido por qualquer motivo;
- endereço residencial errado ou não atualizado;
- endereço de difícil acesso;
- correspondência devolvida por razões diversas, decorrentes de informação errônea de endereço por parte do candidato;
- correspondência recebida por terceiros.

13.12 As alterações, atualizações e correções dos dados de endereço só poderão ser solicitadas dentro do prazo de validade do Concurso Público. Solicitações encaminhadas após este prazo não serão consideradas.

13.13 A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, avaliação e/ou tornar sem efeito a contratação do candidato, em todos os atos relacionados a este Processo Seletivo Simplificado, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação, inclusive a prática de qualquer ato ilícito para aprovação no Processo Seletivo Simplificado, assegurando o contraditório a ampla defesa.

13.14 Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item 13.13 deste Capítulo, o candidato estará sujeito a responder por Falsidade Ideológica de acordo com o artigo 299 do Código Penal e outros ilícitos penais cabíveis.

13.15 Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

13.16 O não atendimento pelo candidato das condições estabelecidas neste Edital, a qualquer tempo, implicará sua exclusão do Processo Seletivo Simplificado.

13.17 As ocorrências não previstas neste Edital, os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos, em caráter irrecorrível, pela Secretaria de desenvolvimento Rural do Estado da Bahia.

Salvador, 03 de junho de 2021.

Josias Gomes
Secretário da Secretaria de Desenvolvimento Rural

ANEXO I

CRONOGRAMA PROVISÓRIO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EVENTOS	DATAS
Publicação do Edital	05/06/2021
Período de inscrições (exclusivamente via Internet).	14/06 a 18/06 2021
Divulgação prevista da relação das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário.	29/06/2021
Prazo previsto para recurso quanto ao indeferimento das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros.	30/06 a 01/07/2021
Divulgação prevista das respostas dos recursos quanto ao indeferimento das inscrições deferidas da condição de candidatos com deficiência e candidatos que optaram a concorrer as vagas reservadas aos candidatos negros no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário.	07/07/2021
Publicação prevista no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Relação Provisória da Avaliação Curricular.	08/07/2021
Prazo previsto de interposição de recurso quanto à divulgação da Relação Provisória da Avaliação Curricular.	09 a 12/07/2021
Publicação prevista no site da Secretaria de Desenvolvimento Rural e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário da Relação Final da Avaliação Curricular e publicação no Diário Oficial do Estado da Bahia da Convocação para entrega de documentos para comprovação das informações prestadas no momento da inscrição.	15/07/2021
Prazo para entrega da documentação.	16/07 a 26/07/2021
Publicação prevista no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Provisório da Avaliação Curricular após análise da documentação pela Comissão.	17/08/2021
Prazo previsto para interposição de recursos quanto ao Resultado Provisório da Avaliação Curricular após análise da documentação pela Comissão.	18 e 19/08/2021
Publicação prevista no Diário Oficial do Estado da Bahia do Resultado Final da Avaliação Curricular após análise da documentação pela Comissão, publicação do Resultado Final e Homologação do Processo Seletivo Simplificado.	25/08/2021
Publicação prevista no Diário Oficial do Estado da Bahia do Edital de Convocação para Contratação	25/08/2021

